

“HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”: FORMAÇÃO, DESAFIOS E APLICABILIDADE DO DOCENTE NO ÂMBITO ESCOLAR

Yohana Maria Monteiro Augusto de Alencar¹
Rafaelly Carneiro dos Santos Nogueira²

Resumo:

A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e Indígena”. O principal objetivo da sua promulgação é amenizar as discriminações e preconceitos raciais, além de inserir no currículo o acesso a histórias e fatos esquecidos devido a um ensino branco europeu. O presente artigo objetiva problematizar e discutir a aplicabilidade efetiva desta Lei nas formações de docentes e na posterior utilização da mesma nas salas de aula, de maneira pedagógica e eficaz ao combate da desigualdade social e do preconceito à pluralidade cultural. Com mais de dez anos de promulgação, ainda é perceptível a dificuldade do educador aplicá-la em sala de aula, tanto por um despreparo profissional sobre relações étnico-raciais, quanto por resistência dos próprios alunos, que abrangidos por algum preconceito racial dificultam a sua aplicabilidade. Para dar suporte teórico-metodológico utilizaremos Miguel Ifadireo (2019), Maria Regina Almeida (2013), Natalia Ramos (2007), Edson Silva (2014) dentre outros. Realizou-se a pesquisa bibliográfica, pautado em matérias digitais, o próprio texto Constitucional de 1988, a Lei 11.645/2008 entre outras obras que tratam sobre a temática. Diante dos diversos obstáculos existentes nas escolas sobre a utilização da referida lei, busca-se com urgência debater e promover estratégias e ações coerentes à implementação dessa lei, que é obrigatória no cenário escolar como um todo. Ressalta-se a necessidade de qualificar os educadores, pois muitos destes não tiveram essa matéria no período de graduação, por isso, se faz mister, a importância de capacitação para os profissionais da educação que atuam em sala de aula. Assim se faz cogente reparar e reduzir as desigualdades culturais existentes desde a colonização do país, garantindo o respeito aos afro-brasileiros e indígenas, sobretudo no atual momento político do país, onde os movimentos sociais e de raça mostram-se fortes e ativos na luta por seus direitos.

Palavras chave: Formação Docente, Desafios Pedagógicos, Lei nº 11.645/2008, Pluralidade Cultural.

Simpósio Temático: Identidades indígenas e quilombolas em processos de ensino-

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Especialista em Direito e Processo Penal pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO). Especialista em Direito das Famílias pela Universidade Regional do Cariri- URCA. Especialista em Direito do Trabalho pelo Universidade Cândido Mendes –UCAM. Advogada OAB/CE 39.296. Bacharel em Direito pela Faculdade Paraíso do Ceará- FAP. Pesquisadora Voluntária do Laboratório de Estudos da Violência/ LIEV do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (LIEV/UNILEÃO). E-mail: yohanamalencar@gmail.com.

² Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN). Especialista em Literatura Portuguesa, Brasileira e Africana pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professora Efetiva do Estado do Ceará. Licenciada em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: rafaellycarneiro@hotmail.com

IX Artefatos da Cultura Negra
ISSN: 2448-0495

18 a 22 de setembro de 2018
Crato, Juazeiro do Norte / CE
Universidade Regional do Cariri (URCA)

aprendizagens no campo de tensão entre territorialidade, gênero e direitos humanos.